



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA
CONCELHO DE CASCAIS

Mandato 2021/2025

ATA N.º 9

26 de abril de 2023

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

ATA NÚMERO NOVE-----

(Mandato 2021-2025) -----

---- Aos vinte e seis dias de abril de dois mil e vinte e três reuniu, na sede da freguesia, sita na Rua D. Duarte de Meneses, N.º 12, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana, sob a presidência de Rafael Ribeiro Neto, coadjuvado por Isabel Rodeia em substituição de Ana Carina da Silva Fonseca Pais, primeira secretária, e Hugo Miguel da Silva Fernandes, segundo secretário. -----

---- Para além dos atrás mencionados, assinaram a lista de presenças os seguintes membros: -----

---- **Partido Social-Democrata (PSD):** Guilherme Fernando da Silva Anastácio, João Paulo Barroso Rodrigues, Hélder Miguel Moreira Antunes, Maria Inês Bica Catarino, Guttiere Bheelny Funny Alves Almada, Manuel António da Palma e Bruno Alexandre de Almeida Antunes. -----

---- **Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Diogo Filipe Geraldo Pereira. -----

---- **Partido Socialista (PS):** Bruno Miguel Gonçalves Bernardes, Maria Irene Gomes Ferreira Dantas, Luís Miguel Correia Fonseca, Maria Isabel Santos Baião Rodeia, Tiago Miguel Fonseca Silveirinha, Paulo Jorge Ribeiro Doroana, Patrícia Alexandra Espiguiha Duarte e José da Costa Filipe. -----

---- **Partido Comunista Português (PCP):** Ana Filipa Madeira Cordeiro. -----

---- **CHEGA (CH):** Tiago Grácio de Faria Lopes. -----

---- **Bloco de Esquerda (BE):** Francisco Miguel da Silva Caldeira. -----

---- Faltaram à reunião os seguintes membros: -----

---- Ana Carina da Silva Fonseca Pais (PSD), que justificou a sua ausência e foi substituída por Guttiere Bheelny Funny Alves Almada; -----

---- Catarina Martins Gonçalves (PSD), que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Inês Bica Catarino; -----

---- Elvis Lopes dos Santos (PSD), que justificou a sua ausência e foi substituído por Bruno Alexandre de Almeida Antunes; -----

---- Maria Fernanda dos Santos Gonçalves (PS), que justificou a sua ausência e foi substituída por Patrícia Alexandra Espiguiha Duarte; -----

---- Carlos Miguel Tavares Nogueira (PS), que justificou a sua ausência e foi substituído por José Manuel da Costa Filipe; -----

---- Às vinte e uma horas e três minutos, constatada a existência de *quórum*, o presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- **Paulo Elias** interveio, começando por abordar o estado da Urbanização do Alto do Mação. Dividindo o discurso por pontos começou “no primeiro ponto, pergunto, qual é a responsabilidade do loteador relativa aos buracos dos passeios? Onde na semana passada uma senhora de oitenta e seis anos, teve a infelicidade de cair e se magoar gravemente. E pergunto, qual é a responsabilidade do loteador, perante este facto. -----

---- No segundo ponto, estão passadeiras, denominadas passadeiras para individuais há dois anos por acabar, nomeadamente com falta de pilaretes, que devem estar esgotados. Então os supostos individuais, às quais passadeiras foram criadas, não podem passar, pois estão lá carros estacionados e há falta de pilaretes, nomeadamente em três passadeiras: --

---- Na entrada da Primo Basílio, a meio da Rua Cidade das Serras e na Rua Os Maias. - No terceiro ponto, será culpa do loteador a escandalosa e vergonhosa qualidade das nossas ruas no Alto do Mação, com lixo por todo o lado. -----

---- No quarto ponto, no início da construção da Urbanização foram colocadas árvores, que até hoje não tiveram qualquer cuidado, nem poda nem rega. Um morreram, outras com muita sobrevivência e instinto de sobrevivência, lá conseguiram ir e lá estão. É culpa do loteador as árvores que temos? -----

---- A parte mais curiosa é: -----

---- Os jardins já foram em tempos, jardins bem cuidados, com flores, hoje convido-os a todos os presentes a irem ao Alto do Mação e verem a vergonha que lá está. -----

---- Vergonha porque não é só os 2 metros de altura que o mato tem, vergonha é, porque é um caso de saúde pública. Passando a explicar, estamos a entrar numa época de Verão e calor. Não sei se os senhores que aqui estão sabem o que são carrapatos, as denominadas carraças, portanto vai haver lá aos milhares e não sei se o executivo tem conhecimento, mas naquela urbanização existem animais, existem crianças e é um caso de saúde pública. Mais, à entrada da Urbanização, vê o estado lastimável, que aquelas calçadas estão. É culpa do loteador? -----

---- Os jardins em frente, com estabelecimentos comerciais, alguns alimentares. Os jardins que estão em frente, outrora, fizeram o exclusivo de arranjar esses jardins, excluindo os de dentro da Urbanização, alegando que era culpa do loteador. Portanto todos estes factos não são culpa do loteador, deixem-me lembrar-vos. -----

---- Quando chegar a altura das chamadas carraças, temos uma escola em frente com centenas de miúdos todos os dias. Se pesquisarem na internet um dos vírus que surgiu e está a surgir nos Estados Unidos é derivado das carraças. Portanto eu sugeria fecharem a escola, e dizerem aos habitantes do Alto do Mação para se deixarem ficar em casa, isto porque somos cidadãos de segunda, não vejo outra justificação. -----

Na altura das eleições, foi este executivo visitar o Alto do Mação e uma das coisas que me foi dita, pessoalmente foi “não tenha problemas, este problema vai ficar resolvido” até hoje. Na última assembleia em que estive presente, o responsável máximo, aquando da minha intervenção e após me responder teve uma frase, que os que estiveram presentes ouviram, que foi a seguinte: -----

---- “Não tenho problema nenhum em amanhã mesmo mandar limpar os jardins da Urbanização”, até hoje. Eventualmente saberão os senhores que esta Urbanização se tem vindo a degradar, por todas estas razões tem um prejuízo a quem mora lá, agregado a estes todos que é o prejuízo imobiliário, vou vos dar um exemplo: -----

Na semana passada tive com um construtor, que lá está a construir um dos prédios que está em construção e o construtor disse-me “tive uma senhora que não comprou o andar, porque isto está lastimável”. No entanto hoje passei numa outra urbanização e tirei uma foto de 5 funcionários da Junta a limparem, quer a relva, que as árvores, quer tudo, estava um brinco”. -----

---- **Pedro Elias** deu continuidade à sua intervenção “Caricato mais ainda é a construção que estão a fazer e a Câmara recebe as taxas de licenciamento de construção, mas que nada faz para cuidar da urbanização. -----



---- O **presidente da Assembleia** deu a palavra ao presidente da Junta para responder ao que foi colocado pelo residente. -----

---- O **presidente da Junta** interveio dizendo, “O Senhor Paulo Elias não é dono da verdade, e a verdade é só uma”. -----

---- O **presidente da Assembleia** intervém após troca de diálogo, “Os senhores não podem entrar em diálogo nesta sessão, vou-vos dizer novamente esta questão, quem conduz os trabalhos aqui é a mesa e os senhores para estarem aqui terão de respeitar quem conduz os trabalhos, o Senhor Presidente está a usar da palavra, este é o tipo de trabalho que temos aqui e os senhores terão de respeitar. Os senhores terão de ouvir, porque ouvimos durante 10 minutos a sua intervenção sem interromper e a única que lhe peço é que o senhor respeite e a senhora também, senão terei de pedir que saiam da sala, que não continuem nesta Assembleia e os trabalhos serão suspensos. Senhor Presidente faça favor”. -----

---- O **presidente da Junta** continua a sua intervenção, “depois de factos, depois de várias diligências quase semanalmente junto da Câmara e da Senhora Vereadora Joana Balsemão, que é a quem compete resolver o problema, temos a informação que o processo está a ser coordenado pela divisão de fiscalização de obras o loteador através da empresa perflora está a requalificar os espaços verdes públicos e os demais espaços. Haverá uma vistoria no próximo dia vinte e três de fevereiro, em que estarei presente, tal como a engenheira Maria João Godinho e a engenheira Ana Maria Carvalho, data 7 de fevereiro. Depois disso quer a Vogal Arminda Oliveira, quer eu próprio, semanalmente perguntamos qual é o ponto de situação e o ponto de situação continua a ser esse.” -----

---- O **presidente da Assembleia** agradece a resposta do Presidente de Junta e intervém após diálogo por parte do público, “o senhor não tem direito a réplica. Eu reitero aquilo que já falei noutras assembleias, e que tenho cumprido ao longo deste mandato, é me indiferente que o público que intervém seja do partido a, b ou c e que defenda as posições que defender. É isso que nos define a todos nós, é a liberdade e foi isto que nós falámos aqui, é a liberdade de dizerem aquilo que disseram aqui, concordando mais ou menos, com verdade ou com mentiras que poderão ter sido aqui proferidas. Mas esclarecer, que não há diálogo entre o público e esta mesa, as intervenções do público são quando a mesa assim permitir e quando houver inscrições. Portanto para termos diálogo e umas assembleias como as que temos tido ao longo deste ano e meio de mandato, cordiais e um pouco mais acesas em certas circunstâncias, mas acima de tudo cordiais.” -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---- O **presidente da Assembleia** deu a conhecer o pedido de renúncia de Diogo Ferreira (CDS), membro da coligação PSD-CDS e as tomadas de posse e deu então início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) apresentou a Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder democrático” (em anexo a esta ata). Não havendo intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com abstenções (PSD e CDS). -----

---- **Diogo Pereira** (CDS) apresentou o Voto de Saudação aos 49 Anos do 25 de Abril de 1974 (em anexo a esta ata). Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou o voto de saudação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 1 voto contra (PCP) e 1 abstenção (BE). -----

---- **Guilherme Anastácio** (PSD) interveio, referindo que “*não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade, sem dar o respetivo destaque a um evento muito importante que a nossa Junta de Freguesia organizou no início do mês de março. No passado dia 8 de março foi celebrado a 2ª edição da Gala do Dia da Mulher no Salão do 1º de Maio em Tires. Este é um dia e uma celebração, que por si só já merece o respetivo destaque, no entanto é importante evidenciar, que esta é cada vez mais uma freguesia feita de todos para todos. Já depois de termos homenageado várias personalidades importantes na nossa Freguesia, esta foi a vez de celebrarmos aquelas que trabalham constantemente para a nossa terra. Congratulo, por isso, uma vez mais o executivo da Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, por ter valorizado novamente quem mais merece.*”. -----

---- **Isabel Rodeia** (PS) interveio, referindo que, “*os deputados da Assembleia de São Domingos de Rana da bancada do Partido Socialista, foram contactados por alguns fregueses, não por vizinhos, por alguns fregueses, do constrangimento que tiveram ao ligar para a Junta de Freguesia, não havia telefones, ninguém atende os telefones. Portanto os fregueses querem comunicar para aqui, o telefone toca, ninguém atende e eu própria liguei para aqui na segunda-feira e constatei que realmente, o telefone toca e ninguém atende. Hoje voltei novamente a ligar para aqui e houve alguém, que me devolveu a chamada de um número de telemóvel. Queria que o Senhor Presidente esclarecesse aqui os deputados e as deputadas da Assembleia de Freguesia e os fregueses, o que é que se passa relativamente aos contactos, aos telefones da Junta de Freguesia.*”. -----

---- **Hélder Antunes** (PSD) apresentou um discurso de mérito ao Executivo, relativo ao pelouro da cultura (em anexo a esta ata). -----

---- **Luís Miguel Fonseca** (PS) interveio, referindo que, “*Tenho de voltar ao Alto do Mação, tenho uma dúvida e quero tentar perceber. O anterior executivo no princípio de 2021 foi informado pelo gabinete da Sra. Vereadora, de que aquele espaço iria passar a domínio público municipal, que é administrado pela DGEV e passado à Cascais Ambiente. O senhor Presidente na intervenção que teve, falou na perflora, que a perflora vai requalificar o espaço, ora a perflora era a empresa que trabalhava para o promotor imobiliário.* -----

A minha dúvida é saber se continua com o promotor imobiliário daqueles espaços, e se vai ser a perflora novamente, que abandonou aqueles espaços no princípio da pandemia por falta de pagamento e, portanto, abandonou os espaços até hoje, ou se volta a domínio público municipal, que era o que nós tínhamos sido informados no anterior executivo. O que é preciso, é que se resolva a situação de uma vez por todas, ao fim deste tempo todo, já não faz sentido estarmos a falar do Alto do Mação. -----

A segunda questão que queria colocar, lembra-se com certeza de uma Assembleia que tivemos aqui anteriormente, quando retirou os equipamentos do parque do mercado de São Domingos para a Rua Gil Eanes, eu lhe ter dito que preferia que eles fossem para um espaço da Junta. E o Senhor Presidente disse-me que essa questão não se colocava, o espaço da Junta ou da Câmara, o que se colocava era a necessidade dos equipamentos. Posso admitir isso, o que não acho admissível é que na placa que está obrigatória naquele parque, na Rua Gil Eanes, o número de emergência que lá esteja seja o dos bombeiros de Carcavelos e não é admissível que a Junta não saiba quais são as áreas de intervenção de socorro. Sabendo perfeitamente que ali não é Carcavelos é Parede, por isso se houver ali uma emergência, a pessoa telefona para os bombeiros de Carcavelos, que terão de redirecionar para a Parede e isso vai com certeza, fazer com que haja atraso no socorro à vítima. Portanto pedia à Junta que retificasse essa situação e que colocassem o número de telefone dos Bombeiros da Parede na placa que está no parque da Rua Gil Eanes.”. -----



---- **Francisco Caldeira** (BE) apresentou o Voto de Saudação “Viva o 25 de Abril!” (em anexo a esta ata). Não havendo intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou o voto de saudação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com abstenções (PSD e CDS). -----

---- **Bruno Bernardes** (PS) interveio, referindo que, “relativamente às moções, esperava que fossem menos, não queria dizer aborrecidas, mas pelo menos haver aqui algum debate, mas são moções muito bem elaboradas, politicamente bastante corretas. Portanto não tem grande interesse discutir aqui, quando vi aqui a moção do PSD-CDS, mas foi bastante amigável. Portanto acompanharemos com voto favorável. Eu queria só aqui referir uma questão relativamente à questão da cultura no mandato anterior do executivo anterior, como toda a gente sabe, eu fiz parte do executivo anterior, também não posso ser desonesto intelectualmente e não dizer, olhando até para o relatório de contas, que este executivo fez uma aposta e tem feito uma aposta na cultura. -----

----O Partido Socialista acompanha como é óbvio aquilo que é também a política cultural desta Junta de Freguesia, faríamos como é óbvio em alguns aspetos algumas coisas diferentes, mas isso faz parte da alternativa democrática. Agora a questão do Casal Saloio é branquear a história, porque o Casal Saloio, eu lembro-me de um cartaz que lá estava não sei se de 2009 ou 2010, ainda da altura do executivo municipal liderado pelo António Capucho e foi uma promessa de muitos anos da Câmara Municipal de Cascais, de investimento completo da Câmara, portanto não se vê no relatório de contas dinheiro colocado investido pela Junta de Freguesia, até pela dimensão e pela competência daquilo que foi feito que não caberia à Junta de Freguesia nesse aspeto. Temos agora aqui um equipamento não só da Junta de Freguesia, como da população de usufruto e, portanto, é um investimento para o futuro, mas não podemos esquecer, que desde 2010, que mesmo o Presidente Manuel Mendes, a Presidente Fernanda Gonçalves, isto não por terem sido do PS, mas temos de ser intelectualmente honestos, às vezes uma noção de querer branquear a história por algum receio, do que quer que seja. Ao longo destes anos todos, finalmente e ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara e atualmente o Senhor Presidente da Junta inauguraram aquele equipamento, mas esse equipamento, leva também a uma luta, que não é só do PSD como é do PCP, que muitas das vezes, várias intervenções. nesta Assembleia de Freguesia ao longo dos vários mandatos, na Assembleia Municipal, na vereação, como também do PS e de outras forças, que participaram neste debate e que levaram. Atualmente quem assina os documentos maioritariamente o PSD-CDS, mas não podemos branquear a história, pois isso é sermos completamente desonestos intelectualmente e acho que só perdemos em termos democráticos. E hoje tivemos aqui com moções do 25 de abril e, portanto, é completamente despiciente fazer esse tipo de discursos.”. -----

---- Não havendo mais intervenções, o **presidente da Assembleia** deu a palavra ao presidente da Junta para responder às questões colocadas. -----

---- O **presidente da Junta** interveio dizendo, “começando pela Isabel Rodeia, por pedir desculpa a todos os vizinhos da Freguesia e explicar com detalhe o que se passou. Nós tínhamos o contrato atual da Altice a terminar, foi feita uma consulta ao mercado e tivemos melhores condições por parte da Vodafone, portanto passámos a mensalidade de cerca de 900€ mês, para cerca de 700€ mês, com mais regalias que a Altice já não nos dava. Portanto, do ponto de vista jurídico formal, foi enviada uma carta a dizer que, dia 30 de abril cessávamos os serviços com a Altice. No entanto para não ficarmos sem comunicações no final do contrato, fomos avançando com a migração dos números de telemóvel, até porque tínhamos poucos, portanto passámos a ter mais. Quando terminou

a migração dos números da Altice para a Vodafone, no dia 20 de abril, ao fim do dia ninguém tinha internet. Ao fim de termos feito a ronda, percebemos que há uma aplicação que se chama "Global Pack Connect", que funciona em cima de dois telemóveis, como se tinha desligado aqueles dois telemóveis, desligou-se a aplicação. Ninguém nos informou dessa situação e disseram que levaria uma semana a recompor, quase que levou, estivemos dia 20, 21, 22 e 23, no dia 24 tivemos alguns telefones a funcionar e hoje retomamos quase na totalidade. Continuamos com um problema técnico, apesar de já termos o cabo de fibra ótica ligado, ainda falta ligar algo e esperamos que durante o dia de amanhã, a Vodafone nos consiga antecipar a total ligação, mesmo antes do contrato estar em vigor, que é só dia 1. Isabel foi isto que se passou, esta é a razão por que não há telefones fixos ainda, só há telemóveis. Por isso, as chamadas estão a ser reencaminhadas para um telemóvel e quando não é possível atender, retornam a chamada. -----

---- Em relação ao Alto do Mação, o que se passa é que, o loteador não pagou ao senhor da Perflora, o senhor da Perflora deixou de lá ir, depois nós fomos lá e limpámos, fomos colocar pinos e fazer uma quantidade de coisas. Mas foi-nos dito que não, porque o loteador tem de acabar os passeios, tem de acabar os espaços verdes e tem de entregar a Urbanização à Câmara e isto já esteve marcado três vezes. Ainda ontem enviámos mais um email de um vizinho chateado, e com razão, tivemos uma reunião formal com a Senhora Vereadora, tudo temos feito. Eu teria muito gosto, até porque temos meios para isso, ir lá limpar como fazemos no parque infantil, quando dizem e se calhar com razão, "não façam isso, porque quem tem de fazer isso é o loteador e tem de fazer para tomarmos posse dos terrenos", nós deixámos de ir limpar. -----

---- E em relação ao parque da Rua Gil Eanes, acho que os equipamentos tem tido grande uso, temos monitorizado o uso. Relativamente ao número de telefone, vamos amanhã mesmo ver e é esse mesmo o espírito democrático, obrigada por isso e vamos amanhã alterar o número de telefone, como sabes as placas são feitas em série, aquela calhou com o número que era de outro lugar, mas ainda bem que lembraste e agradeço por isso." ----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

---- O **Presidente da Assembleia** colocou à submissão da Assembleia de Freguesia o ponto extra, enviado a todas as bancadas, para constar na Ordem de Trabalhos, conforme decidido em reunião de comissão de representantes. -----

---- O Presidente da Assembleia colocou em votação a submissão dessa proposta, tendo a mesma sido aprovada, ficando como ponto 10, o ponto 10 passará para o ponto 11 e o ponto 11 para o ponto 12. -----

---- **Ponto Um** - Ata N.º 7 e Ata N.º 8 - **Apreciação e votação;** -----

---- Não havendo intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou a ata N.º 7 a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com cinco abstenções (PSD, PCP e CDS). -----

---- O **Presidente da Assembleia** colocou a ata N.º 8 a votação, tendo a mesma sido aprovada, com 5 abstenções (PSD e PS). -----

---- Referir que o deputado do CHEGA não estava presente nesse ponto. -----

---- **Ponto Dois** - Adesão da Junta de Freguesia à Casa da América Latina - **Apreciação e votação;** -----

---- Não registando qualquer pedido de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----



---- Referir que o deputado do CHEGA não estava presente nesse ponto. -----

---- **Ponto Três** - Proposta de Aprovação do Regulamento do Fundo de Emergência Social - **Apreciação e votação;** -----

---- O **Presidente da Junta** apresentou o ponto, referindo que, *“nós temos cada vez mais situações diversas de emergência, que não se prendem só com questões alimentares, o fundo de emergência era muito estrito naquilo que eram as emergências. Nós temos constado no último na e meio, outro tipo de situações que não estavam tipificadas no regulamento que tínhamos e queremos continuar a apoiar os nossos vizinhos e temos sentido, que o regulamento de tão estreito que era, não permitia outro tipo de apoios. Portanto decidimos refazer o seu articulado e permitir que dentro do regulamento, mantendo regras estritas na sua preparação e no elencar dos candidatos, que fosse possível ir mais além do que estávamos a fazer com o fundo de emergência. Por isso, passou-se a chamar fundo de emergência e apoio social, está lá no regulamento quais são as situações que acrescentámos, que nos parecem perfeitamente aceitáveis à luz daquela que é a crise, que vivemos hoje e queremos continuar a dar resposta.”.* -----

---- **Bruno Bernardes** (PS) interveio. *“Porque estamos num período de inflação e também há outro tipo de despesas que era importante colocar, aliás o regulamento de fundo de emergência social, foi feito na altura com a consulta de um conjunto de instituições, das quais a própria Arminda, fazendo parte na altura, da direção da ARES, também fez parte dessa discussão e teve um papel importante naquilo, que foi o resultado final do regulamento. No dia seguinte o regulamento já precisava de ser melhorado, portanto estamos cá para isso, agora nesta narrativa do senhor Presidente da Junta, por exemplo, no ano passado, aqui a Junta executou dos 20 000€, que tinha esperado, 6 700€. Portanto a minha questão é, porque o regulamento não previa determinadas situações que a junta queria, passar a atribuir ou é porque os pedidos não foram assim tantos, como é óbvio nós sabemos, o período inflacionário vai ter efeitos, mas era só esta questão. Até porque 6 751€ num ano, isto dá menos de um cêntimo, por cada habitante da freguesia.”.*

---- **Guilherme Anastácio** (PSD) interveio. *“Mais uma vez e devido ao estado do país e da europa, devemos parabenizar a Junta de Freguesia por esta iniciativa.”.* -----

---- **Isabel Rodeia** (PS) interveio. *“Como o Bruno referiu há pouco, e bem, faz-se um regulamento na área social e no dia a seguir já há situações que não estavam inicialmente previstas. Só um pequeno à parte, o regulamento como refere no início, foi uma readaptação daquele regulamento que já existia desde 2018, evidentemente que há algumas especificidades de algumas vulnerabilidades sociais, que atualmente já fazem mais sentido estar neste regulamento. Este regulamento, com algumas especificidades e alguns enquadramentos não estavam previstos no anterior regulamento de emergência e apoio social.* -----

---- Este atual executivo votou contra, mas à parte disso, tenho aqui uma dúvida, com certeza que me sabem esclarecer, que tem a ver com o capítulo 3, atribuição de apoios, no artigo diz assim *“ o apoio do fundo de emergência e apoio social é financeiro, pontual e excecional e destina-se aos agregados familiares sinalizados pelos serviços proteção civil municipal ou acompanhados pelas organizações sociais da Freguesia, que tenham aderido a este protocolo há pelo menos seis meses.”.* A minha dúvida é a seguinte, isto é um regulamento, vai ser agora aprovado em Assembleia de Freguesia, vai ter de haver ONGS ou IPSS ou entidades de ação social, que vão ter de aderir a este protocolo, a minha dúvida, se vai demorar seis meses para que se possa atribuir o apoio ou não às pessoas e famílias que mais necessitam, gostaria de ver esclarecida esta situação. Obrigada.”. -----

---- **Francisco Caldeira** (BE) interveio. “Neste caso queria só fazer uma pergunta, aqui no capítulo 1 acho que ponto 3, na definição de despesas obrigatórias, apenas menciona apoios para medicamentos em caso de doença crónica, porque não consideraram todos os medicamentos sujeitos a receita médica, que tenham sido receitados, porque que apenas estão a constar medicamentos para doenças crónicas? Obrigado.”. -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) interveio. “Nós gostávamos só de colocar a questão relativamente às entidades parceiras, se elas vão estar divulgadas na página da Junta, ou como é que vai ser feita essa divulgação.”. -----

---- **O Presidente da Junta** afirmou que “em relação ao fundo de emergência e apoio social, dizer primeiro o Bruno, é evidente que este fundo de emergência já existia, portanto, não é uma criação deste executivo, nem queremos nenhuma apropriação indevida do tema. Em relação ao porque que a taxa de execução do ano passado foi baixa, exatamente pelo que estipula o regulamento, tivemos trinta e dois pedidos de FES, houve catorze deferimentos e dezoito indeferimentos, porquê? Porque os processos não estavam bem instruídos, porque os pedidos financeiros que nos eram pedidos não eram aquilo que o regulamento permitia. Portanto, quando fomos ao longo do ano aferindo esta falha de haver dinheiro, mas o regulamento não permitir que fosse atribuído, porque não se enquadrava em nenhuma alínea do regulamento, detetámos essa dificuldade e depois fomos detetando ao longo do ano, pelas razões que são conhecidas. -----

---- Isto que o Francisco referiu agora dos medicamentos, a falta de dinheiro porque as rendas aumentaram, porque as pessoas tiveram de mudar para uma casa mais cara, portanto o rendimento não permite ou porque tiveram uma excecionalidade de uma doença durante meses, não pagaram água e não pagaram a luz, o regulamento também não permitia, agora vai permitir. Por isso, criamos aqui uma maneira de não virmos sistematicamente aqui fazer política e dizer que temos muito dinheiro, aumentarmos a verba, porque não temos condições dentro das condições do regulamento para atribuímos. -----

---- Depois dizer à Isabel, que o que diz aqui é que as famílias têm de ser acompanhadas há mais de seis meses pelas instituições. As famílias têm de ser acompanhadas, tem de haver um histórico, temos de garantir que aquilo que nos é transmitido e nos é dito corresponde à realidade. Nós iremos publicar isso tudo no novo site, todos nós sabemos quais são as instituições, aliás já todos sabíamos no tempo em que o fundo de emergência social era gerido pelo anterior executivo, quais eram as instituições que estavam dentro do fundo, portanto vão ser essas e nós queríamos muito que sejam outros, porque quanto mais instituições estiverem competentes e capazes de instruir os processos e mais espalhadas no território da freguesia, com certeza vamos ter mais sucesso, vamos atribuir mais dinheiro e seguramente que com essa atribuição de mais dinheiro, vamos resolver mais problemas dos nossos vizinhos. -----

Por isso, espero ter respondido a todas as questões, mas caso haja mais, estamos disponíveis para esclarecer.”. -----

---- **O presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

---- Referir que o deputado do CHEGA não estava presente nesse ponto. -----

---- **Ponto Quatro** – Implementação do Programa de Voluntariado na Freguesia de São Domingos de Rana e sua respetiva Regulamentação – **Apreciação e votação**; -----

---- **O Presidente da Junta** apresentou o ponto, referindo que, “fruto dos dois anos para trás, o ficheiro de voluntários que tínhamos na freguesia era extenso, mas não



correspondia às vontades atuais, só para dar um exemplo até o senhor padre Miguel da Paróquia da Abóboda era voluntário era voluntário nesta junta e eu penso que isso tem que ver com a situação extraordinária em que vivemos da pandemia. Portanto houve necessidade de criar, havia muito mais vontade do que aquela que existe hoje, terminado esse período em que todos tínhamos muita disponibilidade, também muito tempo e também a disponibilidade era outra. Quando começamos a fazer telefonemas às pessoas para reiniciar este procedimento, até porque esta questão do voluntariado tem regras, regras que não são assim tão fáceis e tão simpáticas. -----

---- As pessoas foram dizendo que já não estavam interessadas, já não querem, já não podem, portanto, ficamos com um número de voluntários muito inferior. Sendo assim, houve necessidade de atualizar esse processo, tivemos de lançar uma nova campanha de voluntários. Como sabem estas questões do voluntariado não é diferente do que se passa na câmara, tem um regulamento, tem regras, tem formações, tem um conjunto de outras situações, portanto, o que trazemos aqui é uma atualização desses dados, a constituição de um regulamento claro e transparente do que deve ser o voluntariado e em articulação com o voluntariado da Câmara de Cascais.”. -----

---- Não registando qualquer pedido de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

---- Referir que o deputado do CHEGA não estava presente nesse ponto. -----

---- **Ponto Cinco** – Regulamento “Poemas a João Baptista Coelho” – **Apreciação e votação**. -----

---- O vogal **Jorge Marques** apresentou o ponto cinco, referindo que “agradecer antes de mais as palavras do eleito Hélder da bancada do Viva Cascais e também do eleito Bruno da bancada do Partido Socialista pelas simpáticas palavras, no que diz respeito aquilo que tem sido a construção, na área da cultura e o esforço que estamos a fazer para devolver a cultura aos nossos vizinhos. É assim que consideramos que faz sentido, a partilha da identidade da construção da nossa freguesia, dos nossos protagonistas culturais, com todos os nossos vizinhos. -----

---- Nesse sentido trazemos esta proposta, que é a aprovação do Regulamento do prémio “Poemas a João Baptista Coelho”. O regulamento e os considerandos estão na proposta, mas aqui os nossos objetivos são três: Primeiro fazer uma homenagem ao poeta da nossa freguesia João Baptista Coelho, premiar obras inéditas no domínio da literatura, também descobrir os novos talentos, trazê-los até nós e a todos os nossos vizinhos, para que sejam conhecidos e sejam uma inspiração para todos. -----

João Baptista Coelho como sabemos, foi um poeta residente em Tires, na nossa freguesia, que se dedicou à poesia após a sua reforma e que conta que se candidatou a vários prémios, foi distinguido com mais de mi e cinquenta dos quais duzentos e cinquenta e quatro foram primeiros prémios. -----

---- Este regulamento prevê prémios monetários para o primeiro, segundo e terceiro lugar, prevê a constituição de um júri de três elementos, que será constituído depois de ser aprovado aqui na Assembleia de Freguesia, para já ainda não existe. Nos anos ímpares será um prémio na área da poesia e nos anos pares será um prémio na área da prosa. Esta homenagem que queremos fazer ao poeta João Baptista Coelho não se esgota neste regulamento, teremos assim que o alargamento dos museus São Domingos estiver concluído, a exposição permanente da sua vida e obra do nosso poeta. Até lá garantindo, fruto das boas relações que temos com a Biblioteca Municipal de São Domingos, numa

exposição temporária durante o mês de junho onde estarão em exposição as obras e os prémios do poeta João Baptista Coelho, mas também algumas curiosidades sobre a sua vida, que não se esgotam só na poesia. -----

---- Estamos também simultaneamente a realizar e produzir um filme sobre a vida e obra do poeta, que será apresentado durante o mês de junho, no decorrer da exposição que estará na biblioteca de São Domingos de Rana. Por isso, este prémio tem estes objetivos, sobretudo homenagear o nosso poeta, mas também e não com menos relevância, conhecer os novos protagonistas na área da literatura na nossa freguesia. O regulamento é um regulamento muito simples, mas muito prático, também naturalmente estaremos à disposição para esclarecer alguma dúvida.”. -----

---- **Irene Dantas** (PS) interveio. “A minha intervenção é congratular, com esta preocupação de homenagear um dos homens da nossa freguesia, que muito deu, que eu conheci, amicíssima dele de longa data. Um homem que foi voluntário na sua ascense da palavra, quer no centro de dia convivendo com outros utentes, mais velhos que tinham uma dificuldade imensa em se adaptar, mas que ele com a sua esposa foi capaz de renovar toda aquela vitalidade, daquelas pessoas mais velhas que estavam diferentes e congratulo. Por isso, quer dizer, fico contente, acho que deve haver uma grande divulgação a nível da freguesia, porque ele é conhecido e toda a gente vai ficar feliz ao saber desta preocupação. Eu por exemplo, tenho em casa alguns poemas oferecidos por ele, que revelam a grandeza deste homem, poeta, mas um homem que deu a sua vida à causa deste país e ao mesmo tempo à causa desta casa.”. -----

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

---- Referir que o deputado do CHEGA não estava presente nesse ponto. -----

---- **Ponto Seis** – Programa de atribuição de bolsas sociais para integração de pessoas idosas em estruturas residenciais da rede privada lucrativa – **Apreciação e votação;** -----

--- O **vogal Jorge Marques** apresentou o ponto, referindo que, “penso que também está bem explícito na proposta, à semelhança das bolsas sociais em creche da rede privada, que é uma parceria que existe há muitos anos entre a Câmara Municipal de Cascais e a junta de freguesia, ou as juntas de freguesia e as creches da rede privada. A Câmara Municipal de Cascais entendeu, e em boa hora, construir um programa semelhante, mas para a população idosa, que não consegue encontrar vagas nos lares da rede solidária. ---

---- Não só na nossa freguesia, mas no concelho há um escasso número de lares da rede solidária, que não dá resposta a todos os pedidos e é uma preocupação cada vez mais emergente com o aumento do envelhecimento da nossa população. Portanto, foi criado este programa que tem por objetivo a criação de 67 bolsas sociais em lares da rede privada para todos aqueles idosos, que não conseguem o cujas famílias não os conseguem colocar nos lares da rede solidária. -----

---- Este programa é construído em conjunto com as juntas de freguesia, também cabe à junta de freguesia de São Domingos de Rana a gestão de todas as candidaturas e depois o “follow-up” das mesmas, junto aos lares da rede privada. No início deste programa será a Câmara Municipal de Cascais, que fará a seleção e a avaliação da elegibilidade das candidaturas e depois a seleção da colocação nos lares, a partir daí o processo é enviado para a junta de freguesia que dará o devido seguimento. É preciso naturalmente aprovar o protocolo como também as minutas do termo de adesão e os acordos com os lares da rede

privada e por isso colocamos aqui a consideração desta proposta a aprovação da assembleia.”. -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) interveio. “Ora, achamos o programa de bolsas sociais, embora seja algo que ajude as famílias da freguesia não é suficiente, procurar uma solução permanente, investir na criação de uma rede de lares e centros de dia, estabelecendo prioridades de acordo com as zonas mais carenciadas de vagas, seria sim um passo em frente. -----

---- Outra questão que gostaríamos de colocar era, se já há novidades relativamente ao centro de dia prometido para Matos Cheirinhos, já há dois anos e que nunca mais começa.

---- **Bruno Bernardes** (PS) interveio. “Nós acompanharemos favoravelmente esta proposta, apesar de que se nós fizermos ao longo destes vinte anos de PSD/CDS na Câmara é óbvio que aqui, eu sendo do Partido Socialista sou bastante crítico do governo no ponto de vista do investimento. Esta área como o Jorge estava a dizer, há um envelhecimento da população e este investimento não tem sido feito, agora ao longo destes vinte anos de coligação direita e como já tem sido falado, inclusive relativamente às bolsas de creche, que nós acompanhamos aqui, também sempre votámos favoravelmente seja aqui, seja na Câmara. -----

---- O problema é que se nós pegarmos nesse dinheiro que tem sido investido, nós podíamos já ter criado vagas e a Câmara Municipal de Cascais e bem, arroga-se daquilo que são competências transferidas pelo estado, pelo governo em diversas áreas. No aspeto político, ideológico e programático, acho que estaria na hora de o fazer, até porque muitas vezes cede direitos de superfícies para entidades lucrativas, com rendas baixíssimas mensais durante quarenta ou cinquenta anos, depois como é óbvio, temos de recorrer também a esses privados. -----

---- Há um equilíbrio e o PSD e o PS têm esse papel, mas como é óbvio, não sido essa opção a escolhida e depois andamos aqui “ó tio, ó tio”, a Arminda sabe disso e o Jorge também. Para a questão dos lares, como também a questão da habitação, eu só queria questionar em relação a este valor, que eu creio que são oitenta mil euros, transferência da Câmara, se não estou em erro, em termos de expectativa quantas vagas é que estamos a falar, para este ano a partir da sua execução, em termos de estimativa.”. -----

--- **O vogal Jorge Marques** interveio. “Eu concordo aqui em parte com o que o Bruno partilhou naturalmente, acho que o Bruno tenta ser sempre ser sensato nas questões que expõe. Eu também o tentava fazer no anterior mandato e a comparação foi feliz nesse sentido, de tentar trazer para a discussão algumas matérias, que eram importantes. Portanto, acho que expôs aqui uma fragilidade que é da própria sociedade, não é apenas da Câmara Municipal de Cascais, que faz um esforço em função dos seus recursos, podia não fazer nada, estamos a falar de uma missão que não é propriamente da Câmara Municipal de Cascais e muito menos da Junta de Freguesia. -----

O estado central tem aqui uma grande obrigação, porque se formos a ver, ou se compararmos o número de creches da rede solidária que existe no concelho e o número de lares, o número de lares está muito aquém daquilo que são as necessidades. A taxa de cobertura, muito substancial, muito menor do que aquilo que é a taxa de cobertura a nível das creches e agora fala-se da universalização do acesso à creche, mas também devíamos caminhar para cuidar dos nossos idosos num sistema semelhante de apoio. -----

Tenho algumas dúvidas de que passe exclusivamente pela inserção em lares, mas cada vez mais em apoio domiciliário e de ajudar as pessoas nas suas próprias casas, que é onde gostam de permanecer e onde gostam de estar. -----

A nível do número de vagas, a projeção da Câmara Municipal de Cascais são sessenta e sete bolsas para o concelho todo. Agora dependerá em função do escalão de rendimento de cada família poderá aumentar ou diminuir as bolsas e também em função daquilo que são as candidaturas de cada freguesia. Por isso, neste momento não consigo partilhar a projeção, sendo que assim que tivermos novidades, farei chegar os números.”. -----

*---- O **Presidente da Junta** interveio. “Senhor Presidente se me permite, responder à Ana, eu estou convencido que até ao final do ano estamos em obras.”. -----*

*---- O **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo a mesmo sido aprovado, com 1 abstenção (BE). -----*

---- Referir que o deputado do CHEGA não estava presente nesse ponto. -----

*---- **Ponto Cinco** – Novo programa para as escolas no âmbito da prevenção e segurança rodoviária – **Apreciação**; -----*

*---- O **Presidente da Junta** apresentou o ponto, referindo que, “Isto é um tema que já aqui discutimos, é um tema que tem andado aí pela praça das igrejas e junto dos cafés, com mais ou menos razoabilidade, cada um as suas razões e o que acontece aqui enquanto aqui estivermos é que independentemente das questões políticas de cada um, que são válidas e que são legítimas, não discutimos isso nem a forma como o fazem, portanto não é isso que está aqui em causa. Aqui o que está em causa, foi aquilo que já aqui dissemos da análise que foi feita daquilo que encontramos e daquilo que gostávamos que existisse e como lá chegar. -----*

Portanto, não vou aqui repetir os passos que já foram dados, vou aqui repetir onde estamos, e onde estamos é numa análise que com a autoridade nacional de segurança rodoviária, numa análise que já foi feita mais profundamente com a Câmara de Cascais, por razões que são óbvias, porque temos de falar com o financiador, é lá que os impostos são pagos e é de lá que vem a redistribuição financeira para as autarquias. -----

Enquanto for assim, é assim que tem de se tratar, esse passo já foi feito e há uma disponibilidade da Câmara para nos apoiar, depois foi lido com muita atenção um relatório, que foi feito quando nós cá chegámos de uma funcionária desta casa, que muitos anos deu à escola fixa trânsito e de quem gostamos muito. Esse relatório foi feito nessa altura, portanto, não tinha questões políticas, tinha questões práticas e questões históricas, no sentido de nos explicar como é que tudo se tinha passado e como é que tudo tinha nascido. E percebemos que as escolas da freguesia iam à escola fixa trânsito duas vezes por ano. Não é bom nem é mau, é o que é, como eu disse ontem no discurso, eu não faço comentários sobre aquilo que são factos, é o que é, há pessoas que gostam, há pessoas que ficam muito furiosas, mas eu não faço rescrições da história. -----

Nós pensamos que era pouco para a educação rodoviária, que tantos querem que aconteça, e nós achamos bem, era pouco que as escolas participassem apenas duas vezes por ano, por isso pensámos em levar para a escola este processo e levar isto para a escola é obrigar também a escola e os professores a estarem deste lado, do lado da prevenção, da educação para a cidadania rodoviária e termos um programa que permita levar às escolas os instrumentos, mas que as escolas antes e depois possam ter no seu tempo letivo, também atividades que decorram deste processo que queremos levar para a escola. É um processo que está a correr bem, que vai ter de ter um update, ainda no domingo vimos uma empresa que estava a fazer um mini circuito automóvel para os mais pequenos. Olhamos para os carrinhos que lá estavam e estávamos a rir, porque os nossos parecem aqueles carros que não são menos carros, mas já são carros de coleção. Portanto, aquilo que lá estava, já eram uns carrinhos modernos uma coisa mais atrativa para os miúdos e aquilo que nós temos

guardado na escola fixa trânsito são Chevrolet, que não são para deitar fora, mas já não são apelativos para os jovens que temos hoje nas escolas. -----

---- Há que fazer que fazer um investimento nessa questão, há que também fazer um investimento na sinalização. Aqueles sinais eram feitos com cartão, há que pôr as coisas no séc. XXI e há que levar isto todos os dias às escolas, o que nós estamos a trabalhar com o senhor vereador Frederico Almeida e que agora temos de consolidar também com a autoridade nacional de segurança rodoviária e com o ACP, esta concretização. -----

---- Nada nos impede de podermos partilhar estes upgrades, de podermos fazer de maneiras diferentes, melhor e contar com o contributo de todos. A razão por que aqui trouxemos isto, foi para dizer, não vale a pena perdermos tempo que não vai haver mais escola fixa trânsito num espaço degradado, com raízes das árvores e com tudo o que já dissemos. Vamos é construir um programa de educação rodoviária e de segurança rodoviária com todos os parceiros que estiverem interessados em estar connosco dentro das escolas, com as escolas, diariamente nas escolas, antes de chegarmos às escolas e depois de sairmos no dia em que tivermos esta rotatividade com as escolas da nossa freguesia. Dizer-vos também, que apesar de ser uma coisa muito simpática que venha cá a Câmara dali e a Câmara de acolá, a mim o que me preocupa são os alunos das nossas escolas, os filhos dos nossos vizinhos. -----

---- O que queremos aqui é que os miúdos das nossas escolas tenham esta oportunidade, com meios técnicos, com meios informáticos e com meios mais lúdicos, que são os carrinhos e as bicicletas, mas que isso seja feito nas nossas escolas e que seja feito mais vezes.”. -----

---- **Bruno Bernardes (PS)** interveio. “para frasear o camarada Marco Mendes, o senhor Presidente da Junta é um homem de diálogo e ainda bem, não é proposta ainda do que eu percebi da proposta, já fui esclarecido de algumas questões que ia colocar, vai ser feito um plano e discutido com alguns agentes locais. -----

---- Eu achava interessante, uma vez que o projeto da escola fixa trânsito tem os anos que tem, que pelo menos os membros da assembleia de freguesia, pelo menos um membro ou dois de cada bancada pudessem também participar neste diagnóstico, acho que seria interessante também para fortalecer aquilo que pode ser o plano da área da segurança rodoviária para a freguesia. -----

---- Preocupa-me aqui uma questão, que é a seguinte, a escola fixa trânsito não tem apenas a parte lúdica, eu percebo perfeitamente e aceito a questão das críticas, relativamente à questão do investimento, isso estava a ser pensado no final do mandato anterior, o espaço não estava condigno para aquilo que era a atividade, não tenho problema nenhum em dizê-lo e portanto, não venho aqui estar com conversas, tinha de ser também reforçado do ponto de vista dos recursos humanos. -----

---- Eu vejo aqui dois polos um pouco complexos, por um lado vamos criar uma componente mais lúdica, portanto não podemos perder a parte pedagógica, porque se nós introduzimos demasiado a parte lúdica, como acontece em muitos projetos na área rodoviária e da prevenção rodoviária, vai perder completamente aquilo que é o objetivo essencial, sendo lá no edifício sendo fora do edifício, sendo fora do edifício é mais complicado no sentido em que levando para o espaço da escola, ainda por cima no recreio da escola, é complicado. -----

---- Este executivo e o senhor Presidente, foi o único ponto em que se alongou mais, portanto percebe-se que é um ponto importante para o senhor Presidente e para o atual executivo, não tentar fazer floreado naquilo que é pedagógico, ou seja, como é óbvio colocar

novos carros, as bicicletas, essas coisas todas, toda a promoção, toda a comunicação ligada a isso, mas é importantíssimo manter a questão pedagógica, porque se não manter a questão pedagógica vai perder todo o objetivo que a escola fixa teve ao longo do tempo e a prevenção rodoviária que produziu efeitos com alguns relatórios feitos em anos anteriores. Portanto, deixar aqui a nota, que essa componente é muito importante mantê-la e depois perceber este binómio, por um lado vamos às escolas, vamos levar a logística às escolas, mas para levar a logística para as escolas e podermos alcançar mais vezes os alunos iam duas vezes à escola fixa trânsito, mas não passavam lá só meia hora no recreio ou o que fosse. -----

---- É preciso ter esse trabalho de aprofundamento, se existir, e existe finalmente, mas isso é porque, eu já disse aqui uma vez numa assembleia de freguesia é porque os senhores têm cartão de militante de todos os partidos. Na altura a Câmara Municipal de Cascais durante anos apoiou durante anos inclusive escolas do concelho, eu vivi em Alcabideche quando era criança e vim à escola fixa trânsito, a Câmara Municipal de Cascais deixou de investir, ou seja, não havia autocarros, portanto não havia capacidade financeira para contratualizar aquilo que eram os autocarros para o ano letivo. Portanto, cingiu-se e bem, continua a haver essa aposta nos alunos da freguesia, entretanto ainda bem que a Câmara Municipal de Cascais volta a querer falar deste assunto, até porque eu ainda me recordo que no mandato anterior a Câmara pedia as chaves da escola fixa trânsito, mandava ofícios, poderão encontrar registos dessas ações, ainda bem que a Câmara Municipal de Cascais mudou.”. -----

---- O **presidente da Assembleia** interveio. “Dou a nota da chegada do Tiago Lopes do partido Chega, que tinha justificado o seu atraso e dou as boas-vindas.”. -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) interveio. “Aos caros membros aqui do executivo, ao senhor Presidente, a minha questão é só esta, a roda já foi inventada, ela está lá, é preciso pô-la a mexer. A escola fixa tem as suas necessidades, é óbvio que sim, o senhor Presidente também diz que já falou e tentou patrocínios das marcas automóveis, mas a escola sempre foi patrocinada pelas pequenas e médias empresas desta freguesia, que sempre estiveram disponíveis. Aliás como disse à pouco, nós andámos em cafés, sim temos andado a ajudar no abaixo assinado, que já vai com mais de mil assinaturas, acho que não está a ser assim tão desprezado, mesmo as pessoas que assinam vem perguntar do que precisa a escola, se é de apoio monetário, se precisa de pintura, se houver disponibilidade para fazer esse levantamento por parte do executivo, as pessoas estão dispostas a ajudar no projeto que é a escola fixa trânsito e que as pessoas conhecem e consideram que foi importante no seu crescimento. -----

---- Agora é preciso vontade, é verdade, de um lado os alunos dirigiam-se à escola fixa trânsito duas vezes por ano, mas lá está como o Bruno frisou não estavam lá meia hora, vai-me dizer que transportar todo aquele equipamento, seja aquele, como o senhor Presidente diz já está arcaico, seja um novo, fazer esse transporte, fica mais económico do que tentar pedir a ajuda da Câmara para um autocarro que transporte os alunos? Visto que a questão da não reabertura da escola tem andado a girar em volta do investimento económico que não há. Fica mais barato disponibilizar nas escolas todas as semanas, todos os dias os equipamentos? Ficam as questões. -----

---- **Francisco Caldeira** (BE) interveio. “Nós consideramos, como já foi dito várias vezes que a existência de um espaço físico parece muito mais vantajoso do que logística de transporte, montagem, desmontagem e repete. Coloca-se também outra questão que é, o que vai acontecer aquele espaço, quais são os planos que os senhores têm para o futuro, se vai ser o armazém dos materiais, gostávamos que respondesse a essa pergunta. -----



---- **Inês Catarino** (PSD) interveio. “A nossa bancada vê com bons olhos este esforço do nosso executivo, aliás em todas as assembleias é trazido aqui o tema escola fixa trânsito, finalmente há uma alternativa para a escola fixa trânsito, como é óbvio não sei quais são os valores envolvidos, certamente no futuro nos será dito quais os valores envolvidos, no entanto este plano parece-me que vai abranger e vai aumentar assim o número de jovens da nossa freguesia que vão ter acesso a este plano. -----

---- O senhor Presidente disse que não sabia se as outras freguesias do país vinham ou não, dá sempre para adotar este plano para outras freguesias e concelhos do nosso país, se for formidável, como eu acho que deve ser e ter indícios de ser mais viável, para mim acho que faz todo o sentido em continuar. Quanto à escola fixa trânsito não sei se a manutenção daquele espaço não será mais difícil do que a história de pôr nos autocarros, levar e trazer, não sei se não será mais benéfico.”. -----

---- O **presidente da Junta** afirmou que, “Vou começar por fazer um comentário às observações do Bruno Bernardes, dizer-lhes que não há nenhuma crítica àquele que foi o trabalho da escola fixa trânsito há uma constatação de factos. Primeiro dizer que o relatório feito pela nossa colega Luíza Brito daquilo que foi o trabalho da escola fixa trânsito foi bastante inspirador, primeiro porque nos pareceu verdadeiro e real, depois porque nos permitiu ter uma base de trabalho sólida para fazer uma avaliação racional daquilo que tinha sido o trabalho e daquilo que é passado todos estes anos temos de nos preparar para o futuro. Não está aqui nenhuma crítica implícita que foi bom ou foi mau, quando cá chegámos era o que era, não querendo abrir aqui nenhum período de divergência queria dizer à Ana, se isto fosse assim de todos quererem participar e todos quererem pintar, a pergunta que me permite fazer é, porque que durante dois mandatos não pintaram, porque de 2013 a 2017 não pintaram e porque de 2017 a 2021 não pintaram, tiveram oito anos, em oito anos podiam ter pintado uma parede, ou ter arranjado as árvores, podiam ter tirado aquele eucalipto que lá está com tudo partido. ---

---- Não vou entrar por aí, porque não é para fazer esse tipo de política que estamos aqui, o que eu quero dizer e respondendo novamente ao Bruno, como é óbvio o ponto de vista pedagógico é o ponto fundamental. Porque se fosse para ter carrinhos a andar à volta, contratávamos a empresa que vimos no domingo e colocávamos os miúdos a andar às voltas, mas não é disso que se trata. O que se trata aqui e foi isso que foi falado, que agora vai ser discutido com os três diretores de agrupamento e não estou a dizer mal, estou a dizer três porque Caparide tem outro diretor de agrupamento. -----

---- O que queremos discutir é como é que vamos rentabilizar nas escolas esta atividade, ou seja, é muito bonito levar os carrinhos e ter uma atividade destas, mas mais importante do que isso é que as crianças tenham antes a discussão do que é, e por isso é que estamos a fazer com a autoridade nacional de segurança rodoviária, porque são das que têm muitos dos manuais que distribuem pelas variadas escolas e as ações de formação que também fazem. -----

---- Não temos aqui nenhuma pretensão de termos aqui uma carta fechada que é só nossa, só nós é que sabemos, só nós é que vamos fazer, nada disso. Também já disse que a crítica não é que os outros fizeram mal e nós agora é que fazemos bem, nada disso também. Teve o seu tempo, teve um período áureo, nos últimos anos teve um período em que foi abandonado e, portanto, quando nós chegámos infelizmente chegámos no período menos bom, porque se fosse um período bom, metíamos a chave à porta e a coisa continuava, mas não foi isso que aconteceu em nenhum lado. O que nós queremos aqui é construir este novo modelo e aceitando o desafio do Bruno, não há nenhum inconveniente em que a assembleia possa participar e que não se possa criar uma comissão exatamente para isso.

---- O que estamos a dizer é que o modelo é outro, o modelo tem de ser feito com as entidades que tratam da segurança rodoviária no país, a saber a autoridade nacional de segurança rodoviária, a saber o automóvel clube de Portugal que esta também ele muito vocacionado para a questão da prevenção e da pedagogia, depois os diretores de agrupamento e depois como é óbvio a autarquia que é a ela que cabe esta responsabilidade. ---- Por isso, temos de construir isto com todos, portanto, afastando aqui as críticas e dizer mais uma vez, agradecemos muito o relatório que deu o ponto de partida a isto e o trabalho aqui estamos aqui a construir.”. -----

---- **Ponto Oito** -Isenção de 50% da mensalidade do pagamento de AAAF e CAF - EB Caparide - **Apreciação e votação;** -----

---- O vogal **Jorge Marques** apresentou o ponto oito, referindo que “penso que todos sabem, porque já falamos várias vezes dessa situação na assembleia de freguesia a Junta de Freguesia de São Domingos de Rana é parceira da Escola Básica de Caparide em tudo o que são as atividades não letivas, nesse sentido temos uma equipa das 07:30h da manhã até às 09:00h da manhã, a fazer o acolhimento de todas as crianças antes da escola ter início às 09:00 da manhã. -----

---- O que aconteceu foi que recebemos dois pré-avisos de greve um em dezembro e outro em janeiro, durante um longo período de tempo e o primeiro passo foi contactar o Agrupamento de Escolas de Alapraia, o agrupamento da qual faz parte a Escola Básica de Caparide a perceber se havia condições para assegurar o acompanhamento das crianças a partir das 09:00h da manhã, que é quando as nossas equipas deixam de estar ao serviço. Aquilo que nos responderam foi que não, que não havia essa garantia, portanto nós às 09:00h da manhã não tínhamos onde deixar as crianças que recebíamos desde as 07:30h da manhã e por isso não podemos fazer o acolhimento, porque não estavam reunidas as condições para ser realizado. -----

---- Embora, a Junta de Freguesia não tenha nenhuma responsabilidade no que diz respeito às convocações das greves, sentimos que de facto as famílias que depositaram esta confiança no nosso trabalho não tiveram o devido retorno, reforço com nenhuma responsabilidade da Junta de Freguesia. Portanto, tivemos esta medida de isentar em 50% a mensalidade do mês de março, depois da reunião de executivo para que pudesse minimizar de alguma forma o impacto que a greve teve nestas famílias. -----

---- Por isso, tendo em conta que mexe na receita da Junta de Freguesia temos de trazer para retificação deste órgão e por isso é que trazemos esta proposta para consideração.”. -

---- **Isabel Rodeia** (PS) interveio. “Ouvir o Jorge a explicitar este ponto surgiu-me uma dúvida, que é, a Junta de Freguesia não tem só esta escola, nas outras como é que aconteceu? Ou seja, o agrupamento não assegurou depois das 09:00h, mas as restantes escolas da freguesia e eu falo com conhecimento de uma, que conheço bastante bem, havia a entidade que fazia o acolhimento desde as 08:00h até às 09:00h, pelo que as auxiliares tinham indicação da parte do agrupamento, que não podiam deixar entrar nenhuma criança sem a professora estar dentro do recinto. -----

---- *Aminha questão é só esta, só houve este caso, como é que fizeram na outra situação?*

--- O vogal **Jorge Marques** interveio. “É uma boa questão, nós como sabem somos parceiros em três escolas, para além da Escola de Caparide, somos parceiros nas atividades não letivas na Escola Básica Abóboda N^o2 e na Escola Matilde Rosa Araújo, na Escola Matilde Rosa Araújo esta questão não se coloca, porque as atividades decorrem durante a parte da tarde, portanto, se a escola fechasse naturalmente não tinham aulas de manhã então não teriam as atividades da parte da tarde, na Escola Básica Abóboda N^o2 tivemos

oportunidade de ligar ao professor David Sousa, para perguntar se assegurariam a continuidade do acompanhamento dos meninos e das meninas a partir das 09:00h da manhã, resposta afirmativa tinham professor substituto que estaria alocado a 100% nos dias de greve. Por isso, fizemos o acolhimento de forma integral. -----

---- O presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

*---- Ponto Nove – Pedido de anulação de fatura e emissão de nota de crédito dada a ausência por motivo de doença, feirante com o terrado nº 87, Domingos Inácio Vinhas Vicente - **Apreciação e votação.** -----*

---- O Presidente da Junta apresentou o ponto, referindo que, “trata-se de um feirante que deixou de poder exercer a sua atividade e soubemos depois das faturas estarem emitidas, portanto, é preciso fazer uma nota de crédito, sendo que vai impactar nas contas, temos de trazer esse facto a esta assembleia. -----

---- Tiago Silveirinha (PS) interveio. “a bancada do partido socialista acha que este tipo de ponto não deve vir a apreciação e votação, uma vez que achamos que o seu executivo e o seu presidente, tem a capacidade de deliberar e decidir. No entanto, resta-me uma pergunta, já foi pago ou estão à espera da decisão desta assembleia para efetuar o pagamento, a devolução a este senhor.”. -----

---- O presidente da Junta afirmou que, “evidente que só depois da tomada de decisão vamos devolver o valor.”. -----

---- O presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

*---- Ponto Dez –Aquisição de prestação de serviços de revisão oficial de contas para o exercício de 2022 da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, em regime de ajuste direto- **Apreciação e votação.** -----*

---- O Presidente da Junta apresentou o ponto, referindo que, “quando aqui chegámos, o processo vai a meio, já levamos dezasseis meses e o processo ainda vai a meio. Deparámo-nos com um conjunto de situações nas contas que não nos pareciam de todo o modo corretas, em muitos aspetos, e portanto, não temos a pretensão como vos disse no momento em que pedi aqui, para aprovação da auditoria que vai agora depois deste processo estar concluído avançar. Já temos matéria suficiente para que isso possa acontecer com alguma oportunidade, podemos dizer assim, havia aqui um conjunto de coisas que estavam pouco explicitas e que havia necessidade de as tornar explicitas, como nós não queremos ser os donos da verdade entendemos que para que esta assembleia tenha toda a informação e tenha essa informação não por identidades internas, mas por entidades externas, para daí afastarmos tudo o que possa acontecer no futuro, decidiu o executivo contratar este serviço.”. -----

---- Depois punha-se aqui se é obrigatória ou não a certificação legal de contas da junta de freguesia e aí a doutrina divide-se e mesmo que se divida, que foi o que explicamos no executivo, nós queremos sair daqui para o mesmo sitio de onde viemos, ou seja, para a casa de cada um, nenhum de nós tenciona ir para outro sitio que não seja para casa e nenhum de nós tenciona andar escondido quando daqui sair da Junta de Freguesia. Além disso, nenhum de nós quer deixar de fazer aquilo que fazemos desde o dia que fomos eleitos, que é prestar sistematicamente contas até ao cêntimo, daquilo que fazemos e de onde gastamos o dinheiro. -----

---- Portanto também agradecer a alguns partidos que na Assembleia Municipal e que no executivo pelo que soubemos hoje dos ecos da reunião de Câmara, que estão preocupados

com aquilo que são as prestações de contas no portal Base.Gov daquilo que vai sendo as adjudicações de cada Junta de Freguesia, portanto, dizer que tudo aquilo que fazemos é com absoluta transparência, está publicado, as pessoas se tiverem muito interesse em saber onde gastamos o dinheiro da junta é ir lá ao portal, está lá tudo escrito quais são as empresas, onde é que gastamos o dinheiro é assim que faremos até ao último dia que aqui estivemos, com total transparência. -----

---- Como vos disse, o que encontramos não foi isso, encontramos aqui um conjunto de situações que nos mereciam esclarecimentos, portanto, decidimos contratar esta empresa, que aliás já trabalha com várias juntas de freguesia pelo país fora e na área metropolitana de Lisboa e dizer-lhes, olhem nós temos aqui um conjunto de situações a merecer esclarecimento e digam-nos lá se estamos a ver isto bem ou se estamos a ver isto mal. Razão pela qual as contas e esta assembleia foram um pouco mais adiados do que era a nossa vontade, também o parecer não vem hoje, virá numa próxima assembleia, provavelmente será uma assembleia extraordinária única e exclusivamente para discutir esse assunto. Como vos disse só para o esclarecimento deste ponto hoje nesta assembleia, eu disse que eram nove, mas não são, são onze, temos onze páginas. -----

---- O que quero dizer com isto, voltando à conversa do início não quer dizer que seja bom ou seja mau, há de haver aqui situações, que depois na outra auditoria vão ter outro tipo de apreciação e vão ter outro tipo de relatório, nesta que estamos a falar trata-se da classificação das rubricas, trata-se do imobilizado, trata-se do património, para vocês terem uma ideia nós tínhamos contabilizado no património e no imobilizado nove milhões de euros. Quem já trabalhou em alguma empresa pode imaginar como é que uma casa como esta tem imobilizado nove milhões de euros, havia muita coisa que estava mal feita do ponto de vista contabilístico e o objetivo aqui não é saber se foi o A, se foi o B ou o C, o objetivo é pôr as contas como elas tem de estar, explicar porque têm de estar e em vez de ser o senhor tesoureiro ou a senhora que aqui trabalha, que ainda por cima não trabalha assim há tantos anos que a gente lhe possa colocar todas as responsabilidades, e ea tem sempre aquela coisa simpática que é “já vinha dali, portanto como já vinha dali fazemos assim”.”. -----

---- Para não haver aqui foi este ou aquele, o que queremos com isto é que uma entidade externa perfeitamente conhecida, por quem a quiser conhecer, transparente com trabalhos com outras Juntas de Freguesia de variados partidos, já contribuiu em muitas situações, e que possamos na próxima assembleia trazer um relatório circunstanciado daquilo que foi entendido que não está correto, que não está bem classificado, não está bem contabilizado, não está bem amortizado, não está bem imobilizado, a gente possa trazer um relatório que depois a comissão de finanças, a assembleia possa discutir com detalhe e depois avaliar se é bom, se é mau e aí sim, vamos seguramente encontrar responsáveis pelas contas, responsáveis pelas classificações das contas e responsáveis pela classificação do imobilizado. -----

---- Nesta altura o que queremos é trazer à assembleia a assunção da responsabilidade e que a partir de agora, as contas estão certas, não quer dizer que as outras não estavam, a partir de agora estão certas, bem classificadas, os variadíssimos itens estão devidamente imobilizados, os ivas são contabilizados, as fichas de imobilizado estão devidamente preenchidos.”. -----

*---- **Bruno Bernardes** (PS) interveio. “relativamente a este ponto, uma primeira questão, até porque no início eu não percebi que era também para votação, qual é o espírito da proposta, é nós votarmos a adjudicação? Se é para referir que o regime geral aplicado ao estado, em que as entidades públicas para existir o ROC é a partir dos cinco milhões e*

depois é uma opção se a junta quiser fazê-lo, pode fazê-lo tendo um orçamento abaixo dos cinco milhões e acho ótimo. Não vejo mal nenhum nisso, mas a minha questão é, vamos aprovar a adjudicação? Se estamos aqui para aprovar a adjudicação é que nós não temos competência nenhuma, se vocês estavam à espera também para adjudicar e enviar agora a seguir a nota de adjudicação com o número de compromisso, coitada da entidade, se está à espera do número de compromisso para começar a trabalhar. -----

Agora relativamente àquilo que leu, é um relatório da auditoria? É que se for um relatório de auditoria depois tem dez dias, depois da data de receção pelo órgão do executivo, tem dez dias para enviar à assembleia de freguesia e acho bem, depois havendo disponibilidade para haver uma assembleia de freguesia extraordinária como o senhor presidente estava a dizer, mas se for um relatório de auditoria, deve ser remetido à assembleia de freguesia com os dez dias, conforme está nas competências." -----

---- **Isabel Rodeia (PS)** interveio. "sendo um ajuste direto simplificado e uma vez que vai ser alvo de apreciação e votação, a bancada do partido socialista considera importante termos todas as peças do procedimento, não sei se temos aqui matéria para aprovar, sem termos todas as peças do procedimento. Nomeadamente quando é regime de ajuste direto simplificado, penso que as freguesias não são exceção, temos de ter as cartas dos fornecedores dos últimos três anos para confirmar valores e não temos na nossa posse esse documento." -----

---- **O presidente da Junta** afirmou que "pensava que já tinha tornado explícito, independentemente de ser ou não ser obrigatório, mas queremos que seja, primeira questão esclarecida." -----

---- **O presidente da Assembleia** abre uma exceção e dá a palavra novamente a Bruno Bernardes (PS). -----

---- **Bruno Bernardes (PS)** interveio. "é só por uma questão de que é um ato nulo, ou seja, nós vamos votar, mas é um ato nulo, temos aqui até duas juristas, estou a olhar aqui para a Inês e também aqui no executivo. É um ato nulo, só queremos saber o que estamos a votar, fica em ata, mas sempre para qualquer efeito é nula, se for para no espírito de nós independentemente do Regime Geral colocar os cinco milhões de euros como a tabela mínima para a aplicação de existência de um ROC. Nós queremos fazê-lo e como está explícito no relatório de contas para adjudicação, eu espero que a senhora não esteja à espera, ou o senhor ou a entidade, à espera do número de compromisso ao dia de hoje, era só esta a questão." -----

---- **O presidente da Junta** afirmou que "eu quero dizer o seguinte, como é óbvio, tratando-se de um ajuste direto e tratando-se de uma decisão nossa não teria que vir à assembleia, nós queremos que venha à assembleia e queremos que a assembleia tome uma decisão. -----

Porquê? Porque não queremos que restem nenhuma dúvida de que aquilo que nós queremos é transparência nas contas, é que quando o relatório aqui vier não se diga que se andou a fazer uma avaliação ou que se contratou alguém, trata-se apenas de justificar, porque que as contas estavam mal feitas, o que é que isso implicou nos resultados anteriores que foram apresentados e votados nesta assembleia. Queremos que todos tenhamos a certeza de que daqui para a frente as contas são feitas de acordo com o plano oficial de contas, que está em vigor, é só disso que se trata, ainda bem que o senhor tesoureiro hoje não veio, por razões que são conhecidas não pode estar presente, porque ele provavelmente queria ler estas páginas todas que aqui detalhou. Penso que não vale a pena ter essa conversa hoje, faremos essa conversa quando isso estiver totalmente resolvido. -----

---- As contas são fundamentais para nós e as boas contas e a transparência das contas são um debate que já fizemos durante anos nesta casa e fomos sempre brindados com um conjunto de informações pouco simpáticas e que agora queremos explicar finalmente, porque que as contas quando dizíamos que estavam mal feitas, estavam mal feitas. Queremos no fundo que esta assembleia assuma a responsabilidade de perceber que temos toda a vantagem em adjudicar esse serviço a uma empresa externa que nos venha explicar porque que as contas até 2022 estavam mal feitas. E volto a repetir, esta não tem nada a ver com a auditoria que já aprovámos nesta casa e que tem estado em stand-by, por razões que são do executivo conhecidas.”. -----

---- É pedido um período de pausa na Assembleia para o Partido Socialista poder dialogar sobre este ponto. -----

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com abstenção da bancada do PS, com declaração de voto. -----

---- **Bruno Bernardes (PS)** apresenta a declaração de voto. “em declaração de voto, a bancada do partido socialista absteve-se, ponto número um, porque o senhor presidente referiu-se à transparência, mas o embrulho já vem todo embrulhado, ou seja, é um ajuste direto simplificado, eu sei claramente que o executivo, aliás pela autorização do valor, até podia ser o senhor presidente a fazer, já vem feito. Se estamos a falar de transparência e parece-me apenas uma entidade escolhida, a entidade enviou orçamento, não sei se já recebeu o número de compromisso, portanto, há aí tantas empresas e tantas entidades que trabalham nesta área, podia-se ter pedido mais orçamentos, mais consultas ao mercado, nesse aspeto sobre a transparência teríamos muito a dizer. -----

---- Nesse aspeto como o presente já vem embrulhado não há muito a dizer relativamente à questão da transparência, depois também novamente estamos a falar de um ato nulo, mas como é óbvio não quisemos deixar de votar, até porque votámos favoravelmente quando o senhor presidente trouxe aqui à assembleia a auditoria e o partido socialista votou favoravelmente. Esta é a declaração de voto da bancada do Partido Socialista. -----

---- **Ponto Onze** - Apresentação e votação das contas de gerência de 2022 - **Apreciação e votação.** -----

---- O **Presidente da Junta** apresentou o ponto, referindo que, “as contas demoraram bastante mais tempo a concluir do que aquilo que era espectável e que nós desejávamos, já explicamos o porquê. Acho que são contas, até pelo volume das folhas, absolutamente explícitas não tivemos necessidade de fazer nenhuma reunião de comissão de finanças para aprofundar, não tivemos qualquer pedido de esclarecimento até agora e tenho aqui como disse as onze páginas, que me habilitam a esclarecer aquilo que tiver de ser esclarecido. Não me parece que as contas estejam mal feitas, portanto, fico disponível para os esclarecimentos que forem entendidos úteis.”. -----

---- **Bruno Bernardes (PS)** interveio. “ao contrário de estar a apresentar moções sobre o 25 de abril, no meu entender são importantes, simbólicas, mas o 25 de abril também se faz quando os executivos das câmaras, das juntas, o que seja, as entidades públicas apresentam relatório de contas e apresentam a sua execução. Aí faz-se 25 de abril todos os dias, porque aqui vê-se as decisões políticas dos executivos, seja da junta seja da câmara, como eu costume dizer com os orçamentos das juntas não dá para fazer grande política e muito menos ideologia. Por isso, é que muitas das vezes há um enorme consenso entre os partidos relativamente a isso. -----

--- Estamos a falar de três milhões de euros, a câmara este ano já vai chegar não tarda aos quinhentos milhões com a injeção do saldo de gerência do ano passado, portanto, aí já estamos a falar de política e de escolhas políticas a sério. -----

--- Relativamente a este relatório de contas e até inclusive referir que há pouco me esqueci, relativamente à questão da prestação de serviços por ajuste direto, referir que, ao ponto de vista que o presidente estava aqui a falar das rúbricas, acho interessante que este executivo podia ter escolhido, até porque dá maior transparência, fazer não só um orçamento como um relatório de contas por orgânica. Quanto é que tem os espaços verdes, quanto é que apostou nas obras, quanto apostou na parte administrativa, portanto não dá para perceber isso. O PS quando cá esteve também não fazia isso, é verdade, mas eu pessoalmente e politicamente acho bem mesmo as juntas, porque numa camara dá para perceber, o presidente esteve durante anos com funções também na câmara, portanto, sabe perfeitamente com a dimensão que um orçamento e um relatório têm, ou seja, por áreas, por orgânicas, há uma perceção maior daquilo que é a atividade. Nesse aspeto estamos a falar de transparência e seria até mais transparente até porque o sistema que aparece aqui é bastante idêntico ao que se fazia anteriormente. -----

--- Relativamente ao relatório de contas tem uma execução, que é uma execução boa e nesse aspeto os números não enganam, que é uma execução bastante parecida aquilo que existia no passado, em termos de percentagem de execução. Agora nós sem um relatório de atividades, nós não temos noção do que é que foi feito especificamente, eu não sei quantos arroamentos houve, quantos metros quadrados... Não há uma dimensão do ponto de vista daquilo que é a parte das atividades, portanto, nisso também se perde, olhando para os números, são muitos números e as primeiras quinhentas páginas são as operações de tesouraria, tudo o que entra, deve ser atestados. Também não dá para perceber muito mete-se muitas páginas e é tanta transparência que às vezes tapa um bocadinho os olhos.

--- Mas dizer que, relativamente a este ponto e como é óbvio, como um partido responsável que é o partido socialista, iremos abster neste relatório de contas, porque como é óbvio, os senhores foram eleitos e têm os instrumentos, agora até mais instrumentos financeiros para o fazer.”. -----

--- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) interveio. “dada a complexidade e a dimensão da documentação fornecida, cerca de 30 centímetros de lombada, a tarefa de análise do relatório de contas não pode permitir uma reflexão tão profunda como desejaríamos. Por outro lado, entendemos que a defesa dos interesses e direitos dos fregueses de São Domingos de Rana constituem a razão de ser da nossa presença neste órgão. A participação do PCP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana pauta-se pelo rigor, pela clareza e disponibilidade para contribuir para dignificação da junta de freguesia e da sua cada vez mais proximidade com aqueles que representa. -----

--- Do executivo da junta esperamos que incorpore os mesmos objetivos, sendo certo que contará sempre com o escrutínio vigilante do PCP. Consideramos, portanto, após consulta à documentação de suporte sem prejuízo das limitações que antes enunciamos, nos iremos abster da votação do relatório de contas de 2022.”. -----

--- O **presidente da Junta** afirmou que “apenas duas notas, a primeira é de que como já disse faremos a apresentação detalhada tal como o Partido Socialista solicitou e bem, logo que esteja concluída esta primeira análise das contas. Esta análise técnica que pedimos a uma entidade externa e que nos pareceu a mais credível e com mais competência e com mais atividade junto de um conjunto de autarquias. -----

---- Portanto, pareceu-nos esta a melhor, há de seguramente trinta ou quarenta outras no país tão boas como esta. Não tenho um sócio que seja da minha família, nem nenhuma empresa de lamego. E depois dizer-lhe na apresentação de resultados que fizemos publicamente no 1º de Maio, fizemos a apresentação detalhadíssima, não foi detalhada, foi detalhadíssima de todos os gastos até ao cêntimo que tivemos ao longo deste primeiro ano. E temos muito gosto, de o fazer na próxima assembleia que gostávamos muito que fosse uma assembleia extraordinária, só para discutir os assuntos das contas de 2022. Já com este relatório desta empresa e se tivermos tempo, já com uma boa parte da autarquia, que seria muito interessante para todos. Em relação às contas não tenho mais nada a dizer. --

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com abstenções (PS, PCP e BE), com declaração de voto. -

---- **Ponto Doze** - Ata em minuta da sessão - **Apreciação e votação.** -----

---- Concluída a ordem do dia, foi posta à consideração e votação da assembleia a ata em minuta da sessão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

---- Agradecendo a todos, o **presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quarenta minutos. -----

---- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

---- 1.ª SECRETÁRIA Ana Carolina 2.º SECRETÁRIO [assinatura]

----- O PRESIDENTE -----

[assinatura]



Bloco de Esquerda

Assembleia Freguesia de São Domingos de Rana

VOTO DE SAUDAÇÃO

VIVA O 25 DE ABRIL!

Comemoramos o quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

Em 2022, a inflação superou recordes de trinta anos e, em 2023, continua a crescer. As recentes notícias de um ligeiro abrandamento apenas confirmam o prolongamento da perda de poder de compra de salários e pensões. Ainda que a ritmo oscilante, os preços continuam a subir e de forma mais pronunciada nos bens alimentares.

A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu.

As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como “outro”, debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa.

As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que Abril instaurou.

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana, reunida em 26 de abril de 2023, delibera:

1. Evidenciar o 49º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela

democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;

O deputado eleito pelo Bloco de Esquerda,

Francisco Caldeira

VIVA CASCAIS



MOÇÃO PPD/PSD CDS/PP

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA

VOTO DE SAUDAÇÃO

49 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Assinala-se este ano o 49.º aniversário do 25 de abril de 1974. Os eleitos da coligação Viva Cascais na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana vêm, através deste voto, saudar a luta de todos aqueles que à data ambicionaram um Portugal pluralista e plenamente democrático.

Assinalar abril em 2023 tem um significado distinto comparativamente aos anos precedentes. Após ultrapassarmos uma pandemia e vivemos um momento de grande crise humanitária internacional, de guerra e de um crescente ataque á nossa democracia representativa, urge reforçar o ideal do Portugal de abril.

Foi em abril que vimos consagrados os nossos direitos civis e políticos, que estabeleceu uma verdadeira separação de poderes, a liberdade de imprensa e de opinião, e que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte de 1975, onde o povo, democraticamente, demonstrou que não queria mais autoritarismos, reafirmando a democracia, a liberdade e a tolerância a 25 novembro do mesmo ano.

Saudamos também, aqueles que em abril tal como hoje, não se renderam aos radicalismos e não se resignam à instrumentalização das estruturas e instituições democráticas, pois estas devem estar sempre ao serviço de todas e todos os portugueses e não ao serviço de interesses ideológicos, radicais e promotores da violência entre cidadãs e cidadãos.

Saudamos ainda, todos os militares, todos os militantes partidários, bem como todos aqueles, que a risco pessoal, lutaram pela democracia e pelo pluralismo partidário. Os Capitães de abril e o povo português que a eles se associou numa mobilização forte e clara de um sentimento de libertação que era necessário, demonstrando assim que um povo é responsável por si e pelos destinos do seu país.

VIVA CASCAIS



Assim, os eleitos da Coligação Viva Cascais São Domingos de Rana propõem à Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana, reunida a 26 de abril de 2023, que:

1 - Aprove o voto de saudação do 25 de Abril de 1974, deixando de forma clara a mensagem de que o princípio pleno da moderação e da liberdade no exercício da atividade política prevaleça sempre. Que todas as portuguesas e todos os portugueses têm o mesmo direito à liberdade, que foi conquistada em abril e verdadeiramente consolidada em novembro de 1975. Que a força do ideal democrático, seja sempre maior que a força da propaganda. Que a moderação seja sempre mais forte que a radicalização e que o totalitarismo.

São Domingos de Rana, 26 de abril de 2023

Os Eleitos da Coligação Viva Cascais São Domingos de Rana